

do as correções, quando for o caso.

Art. 4º - O acesso ao estacionamento será feito através de credenciamento junto à GATRM, o veículo será cadastrado e adesivado com um selo do ano vigente para o período de 12 meses, sendo obrigatório o recadastramento sempre no mês de janeiro.

Parágrafo 1 - O credenciamento é pessoal e intransferível, vedado seu empréstimo ou cessão para quaisquer fins, sendo passível de cancelamento ou suspensão da permissão.

Parágrafo 2 - O servidor credenciado para o uso da vaga, de acordo com o dispositivo nesta Instrução Normativa e demais normas aplicáveis, estará sujeito à notificação, emitida pelo serviço de vigilância e à aplicação de medidas cabíveis, quando descumprir às normas estabelecidas nesta Instrução.

Art. 5º - O horário de utilização do estacionamento, será compreendido de 2ª a 6ª, das 8h às 19h, quando o servidor estiver em Atividade Administrativa na SIE, sendo vedado a permanência de veículos fora desses dias e horários, sob pena de cancelamento da utilização do estacionamento.

Art. 6º - Sendo o Estacionamento Gratuito, a SIE estará isenta de qualquer responsabilidade civil de dano, furto e roubo no interior do estacionamento, bem como não será responsável por objetos deixados dentro dos veículos.

Art. 7º - Através dos relatórios de controle do estacionamento e do registro de ocorrência, a SIE poderá cancelar ou suspender o credenciamento, notificando o usuário e sua chefia imediata.

Art. 8º - Os casos omissos serão resolvidos pela DIAF.

Art. 9º - A presente Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Thiago Augusto Vieira  
Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade  
Matr. 0926.638-0

Cod. Mat.: 784542

Saúde

PORTARIA nº 1296, de 29 de novembro de 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o dispositivo no art. 106, Parágrafo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019 e considerando a portaria numero 924 de 10/12/2014, publicada no D.O. 1.966 de 16/12/2014 que constitui a Comissão de Mortalidade Materna e Infantil da Maternidade Dona Catarina Kuss, **RESOLVE**:

Art. 1º Alterar o nome da comissão para Comissão de Mortalidade Materna Fetal e Neonatal da Maternidade Dona Catarina Kuss.

Art. 2º Alterar a composição designando como membros desta comissão, sob coordenação do primeiro, os seguintes servidores: Debora Aparecida Muller Wantovski - Matrícula 609.614-0-01 Mariana Cesa - Matrícula 973.586-0-05 Carla Chueiry de Moraes de Luca - Matrícula 330.168-0-02; Vanessa Andrea Rizzi do Oliveira - Matrícula 962.767-7-07 Aloysio Enck Neto - Matrícula 672.813-2-01 Marileia Aparecida Sescatto Szczerbowski - Matrícula 687.133-0-02 Ladi Gonçalves de Souza - Matrícula 058.149-6-02 Edinara Kovalski - Matrícula 631.343-4-01

Art. 3º Esta Portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

André Motta Ribeiro  
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 784054

PORTARIA nº 1300 de 29/11/2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o dispositivo no Art.106, Parágrafo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, **RESOLVE**:

Atualizar a Comissão do Núcleo de Acesso e Qualidade Hospitalar do Hospital Nereu Ramos NAQH/HNR, composta pelos seguintes servidores:

Israel Silva Maia, matrícula nº 330112-5-02; Coordenador Médico UTI; Lara Patrícia Kretzer, matrícula nº 310487-7-03, Coordenador Médico UTI;

Jorge César Rodrigues, matrícula nº 400071-4-02 - Coordenador de Enfermagem UTI;

Silvia Cristina de Carvalho Flores, matrícula nº 295205-0-02 - Unidades de Internação;

Adriana de Siqueira Carvalho Knabben, matrícula nº 400051-0-02 - Unidades de Internação;

Isabel Cristina Broering da Silva, matrícula nº 360495-0-01 - Coordenadora NIR;

Gilberto Marçal Seemann, matrícula nº 282990-8-03 - Gestor;

Elizandra Faria de Andrade, matrícula nº 672822-7-01 - Gestor;

Sérgio Beduschi Filho, matrícula nº 659049-7-01 - Gestor.

ANDRÉ MOTTA RIBEIRO  
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 784057

PORTARIA nº 1299 de 29/11/2021

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria 291/2020 resolve: excepcionalmente, PRORROGAR, conforme processo SES nº 170963/2021, os efeitos da Portaria nº 1039, publicada no DOE nº 20.910 de 06/12/2018, que concedeu **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE INTERESSES PARTICULARES, SEM REMUNERAÇÃO**, de acordo com o artigo 77, da Lei 6.745/85, com redação dada pelo artigo 5º da Lei Complementar 605 de 18/12/2013, ao servidor **EVANOE WANDERLEY DA COSTA, matrícula nº 672.283-0-01**, ocupante do cargo de ANALISTA TECNICO EM GESTÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE, na competência de Técnico de Radiologia e Imagem, nível GEPRO-SES-11-B, com atribuição de exercício no Hospital Governador Celso Ramos, **a contar de 17/12/2021, pelo período de 01 ano, optando pelo não recolhimento** mensal das suas contribuições previdenciárias e da parte patronal ao Gestor do Regime Próprio de Previdência, conforme dispõe o art. 4º, § 4º, art. 17 e art. 82, da LC nº 412 de 2008, com redação dada pela LC 662/2015.

LUCIANO JORGE KONESCKI  
SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Cod. Mat.: 784081

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 82198/2020** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **LOGFARMA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 02.376.381/0001-33, a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 225.542,05 por descumprimento do Contrato nº 395/2016, Edital nº 4349/2015.

Cod. Mat.: 783939

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: ALTERAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 147965/2020** e em consonância com o art. 58 da Lei 8.666/93 **RESOLVE** isentar a empresa **OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA** – CNPJ Nº03.033.589/0001-12, da penalidade de **MULTA** inicialmente aplicada no valor de R\$ 18.396,00 por descumprimento da Ordem de Fornecimento nº 190350/2020-Edital nº2963/2019 (PE).

Cod. Mat.: 783951

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 113514/2020** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **LOGFARMA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 02.376.381/0001-33, a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 225.542,05 por descumprimento do Contrato nº 395/2016, Edital nº 4349/2015.

Cod. Mat.: 783955

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 143209/2020** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **LOGFARMA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 02.376.381/0001-33, a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 225.542,05 por descumprimento do Contrato nº 395/2016, Edital nº 4349/2015.

Cod. Mat.: 783957

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 1816/2021** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **LOGFARMA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 02.376.381/0001-33, a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 225.542,05 por descumprimento do Contrato nº 395/2016, Edital nº 4349/2015.

Cod. Mat.: 783977

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 46852/2021** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **LOGFARMA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 02.376.381/0001-33, a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 238.017,95 por descumprimento do Contrato nº 395/2016, Edital nº 4349/2015.

Cod. Mat.: 783979

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 47553/2021** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **LOGFARMA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 02.376.381/0001-33, a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 2.949,39 por descumprimento do Contrato nº 395/2016, Edital nº 4349/2015.

Cod. Mat.: 783984

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2021TR000368.**

**CONCEDENTE:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Hospital Nossa Senhora das Graças, com sede no município de Bom Retiro. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2021TR000368 fica prorrogado até 30 de junho de 2022, tendo em vista o disposto no artigo 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais, especificamente para que a Conveniente possa executar o objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 29 de novembro de 2021. **SIGNATÁRIO:** André Motta Ribeiro, pela SES e Paulo Manoel Schlichting, pelo Hospital.

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2021TR001503.**

**CONCEDENTE:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Associação das Irmãs Franciscanas de São José, mantenedora do Hospital Maria Auxiliadora, com sede no município de Presidente Getúlio. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2021TR001503 fica prorrogado até 31 de março de 2022, tendo em vista o disposto no artigo 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais, especificamente para que a Conveniente possa executar o objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 25 de novembro de 2021. **SIGNATÁRIO:** André Motta Ribeiro, pela SES e Zulmira Aparecida Mendonça Martins, pela Associação.

Cod. Mat.: 784012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDENCIA DE VIGILANCIA EM SAÚDE  
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

NOTIFICAÇÃO DA DIRETORIA/GEIMP/DIALI Nº045/2021

A Diretora de Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e considerando o disposto, no Arts. 12 e 30 da Lei Estadual Nº 6.320/1983; e os Art. 29 caput do Decreto Estadual Nº 23.663/1984 torna pública a **INTERDIÇÃO POR MEDIDA CAUTELAR do produto constante no ANEXO I:**